

23. PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA CAPTURA, ESTERILIZAÇÃO, DEVOLUÇÃO (CED) PARA GATOS:

Do Sr. Vereador do Ambiente, submetendo proposta relativa à celebração dos protocolos entre o **Município de Braga** e a **Associação de Proteção Animal Abandoned Pets, Associação pela dignidade animal SOS ADOPTA** e a **Associação para a Proteção de Animais Errantes de Braga – APPANIBRAG**, protocolos esses que se anexam.

Ex.mo Sr. Presidente do Município de Braga,

No âmbito de políticas animais o Município de Braga tem levado diversas ações de proteção e preservação animal, e portanto, a implementação do Programa CED (Captura Esterilização e Devolução) de animais errantes permite um controlo das populações de felinos no concelho.

Com isto, em parceria com as associações que acompanham e monitorizam as colónias de gatos, depois de assinado o protocolo com a Ordem dos Médicos Veterinários, estamos em condições de protocolar o controlo e gestão efetivo das colónias.

Solicito por isso que os protocolos com a **Associação de Proteção Animal Abandoned Pets**, **Associação pela dignidade animal – SOS ADOPTA** e a **Associação Para a Proteção de Animais Errantes de Braga – APPANIBRAG**, que se anexam, sejam enviados a reunião de Executivo Municipal.

Braga, 17 de agosto de 2018

O Vereador,


Altino Bessa, Engº

Bo tarde,
fui autista e portador de doença
à NS do Estado Municipal. 18.08.20
Sr. Presidente os Protocolos da DSE de
Estão Enviados e Anexados ao Documento
29/08/18
Altino Bessa

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO
PARA
IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA CED

Nos termos do disposto nas alíneas ii), jj) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, constitui competência da câmara municipal proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos, bem como deliberar sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos, podendo apoiar atividades de interesse para o município, incluindo aqueles que contribuam para a promoção da saúde e prevenção de doenças.

Com a publicação da Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto, passou a ser proibido o abate ou occisão de animais, tendo-se determinado que o Estado, por razões de saúde pública, deveria assegurar, por intermédio dos centros de recolha oficial de animais, a captura, vacinação e esterilização dos animais errantes sempre que necessário, assim como a concretização de programas **captura, esterilização, devolução (CED) para gatos**.

A Portaria n.º 146/2017, de 26 de abril, que veio regulamentar a referida Lei n.º 27/2016, estabelece como princípio geral, que a existência de animais errantes deve ser evitada mediante a promoção da sua captura, esterilização e adoção e pela implementação de programas de captura, esterilização e devolução, no caso das colónias de gatos, eliminando-se, progressivamente, o recurso ao seu abate como forma de controlo da população de animais errantes, no prazo de dois anos a contar da data de entrada em vigor da Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto (ou seja, até 23 de setembro de 2018).

Quanto aos **Programas CED**, no artigo 9.º na Portaria referida, define-se que os mesmos podem realizar-se por iniciativa das câmaras municipais ou mediante proposta de organização de proteção animal a quem a câmara municipal atribua a gestão do programa CED.

Ora,

considerando que:

1. São animais silvestres as crias de gatos domésticos que foram abandonados, ou se perderam e, se reproduziram no domínio público;
2. São gatos assilvestrados os gatos que já foram domésticos mas que, por terem sido abandonados ou por se terem perdido, já vivem nas ruas há tanto tempo que acabaram por adquirir o comportamento esquivo dos gatos silvestres;
3. Capturar-Esterilizar-Devolver (CED) é um método ético e legal de controlo de colónias de gatos e, de redução da população de felina silvestre ao abrigo do número 1, artigo 3.º da Portaria n.º 146/2017 de 26 de abril;
4. Uma colónia esterilizada e controlada pode reduzir os incómodos causados por gritos de acasalamento, lutas e cheiros resultantes da marcação de território, ao mesmo tempo que desempenha um importante papel de controlo da população de roedores;
5. A existência de uma população de gatos silvestres numa dada área geralmente aponta para um nicho ecológico capaz de suportar aproximadamente esse volume de gatos e que a remoção permanente dos gatos desse nicho cria um vazio ecológico que será preenchido pelos gatos migrantes das áreas envolventes (efeito de vácuo), que irão reproduzir até atingir a capacidade máxima do nicho;
6. Os gatos migrantes não estão esterilizados e causam, por isso, problemas associados à reprodução excessiva, aos ruídos e aos maus cheiros;
7. A implementação de programas CED mediante proposta de organização de proteção animal a quem a câmara municipal atribua a gestão do programa CED e, de acordo com o artigo 9.º da Portaria n.º 146/2017 de 26 de abril, acarreta vantagens, nomeadamente a redução do número de gatos silvestres, assilvestrados e vadios, menos eutanásias, menos queixas aos serviços camarários, mobilização de ações de voluntariado e redução de custos;
8. São atribuições do Município a promoção de medidas adequadas à salvaguarda do bem-estar animal;
9. O Município celebrou no passado dia 20 de abril, um Protocolo de Cooperação com a Ordem dos Médicos Veterinários, no âmbito do **PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À SAÚDE VETERINÁRIA PARA ANIMAIS DE COMPANHIA EM RISCO (PNASVACR) – CHEQUE VETERINÁRIO**, programa este que se destina à coordenação da atribuição de cheques veterinários emitidos pelos Municípios que irão atribuir aos responsáveis pelos animais em risco, por eles identificados, para utilização nos CAMV participantes na rede Cheque Veterinário.

dando execução à deliberação da Câmara de Braga, é livremente e de boa fé celebrado o presente Protocolo, que se enquadra pelos considerandos supra enunciados, entre:

O **MUNICIPIO DE BRAGA**, com sede na Praça Municipal, em Braga, pessoa coletiva de direito público n.º 506 901 173, neste ato devida e legalmente representado pelo seu Presidente, Dr. RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, com poderes para o ato, doravante designado simplesmente por **Município**,

E a

Associação de Proteção Animal Abandoned Pets, Associação pela dignidade animal – SOS ADOPTA, com sede em Rua da Universidade n.º 58, pessoa coletiva n.º 510688080, representada pelo(a) seu(ua) Presidente da Direção, Eduarda Cristina von Stein Afonso Palmeira e, Tesoureiro Ana Mafalda Ferreira Leite, doravante designada por **Associação**,

o qual se regerá pelas cláusulas seguintes:

PRIMEIRA

(Objeto)

O presente protocolo estabelece os termos genéricos da colaboração entre as partes com vista ao controlo populacional dos animais felídeos errantes e silvestres, nomeadamente através de:

- a) Desenvolvimento de um programa de gestão CED, por iniciativa de associação de proteção animal, em colónias de gatos silvestres e assilvestrados;
- b) Identificação, sinalização, recolha e esterilização de felídeos potencialmente adotáveis, integrados em colónias, com vista ao seu acolhimento e adoção.

SEGUNDA

(Compromissos da ASSOCIAÇÃO)

- 1.** A associação compromete-se a implementar o CED, nas colónias identificadas em documento anexo.

- 2.** No âmbito do presente Protocolo, a segunda compromete-se a:
 - a)** Assegurar a existência de um plano de gestão da(s) colónia(s), do qual conste a identificação do médico veterinário assistente e das pessoas que na Associação são responsáveis pela execução do programa, nomeadamente pela monitorização diária, alimentação, abeberamento e limpeza;
 - b)** Garantir que os animais que compõem a(s) Colónia(s) são avaliados periodicamente do ponto de vista clínico, de forma a despistar doenças transmissíveis que, casuisticamente, sejam consideradas importantes;
 - c)** Assegurar que a colónia intervencionada será supervisionada controlando as saídas ou entradas de novos animais, ou quaisquer outros fatores que perturbem a estabilidade da colónia, a segurança e a tranquilidade pública e da vizinhança, de tudo mantendo registo.
 - d)** Que os animais portadores de doenças transmissíveis a outros animais ou a seres humanos são retirados da(s) colónia(s);
 - e)** Proceder à captura de gatos assilvestrados;
 - f)** Transportar os gatos assilvestrados para as clínicas protocoladas para que possam ser avaliados, esterilizados e marcados com um pequeno corte na orelha esquerda, registados e identificados eletronicamente em nome da associação promotora do CED, e desparasitados e vacinados contra a raiva ou outras medidas profiláticas obrigatórias ou consideradas no plano de gestão da colónia;
 - g)** Transportar os gatos de volta à colónia e devolução, com a libertação dos animais no mesmo local onde foram capturados;
 - h)** Assegurar que a dimensão da colónia de gatos não põe em causa a salubridade, a saúde pública e a segurança de pessoas, animais e bens. Assim como, os alojamentos e espaços utilizados pela colónia são mantidos livres de resíduos ou restos de comida, de forma a evitar a proliferação de pragas.

3. A Associação deverá ainda, assegurar, trimestralmente (até ao 15º dia do mês seguinte ao fim do trimestre – isto é, até 15 de abril, 15 de julho, 15 de outubro e 15 de janeiro do ano seguinte, no caso do último trimestre) o envio de relatório detalhado com os movimentos dos animais, bem como, com o movimento dos cheques veterinários, e resultados alcançados, comprometendo-se a disponibilizar toda e qualquer informação solicitada pelo Médico Veterinário Municipal.

TERCEIRA

(Compromissos do MUNICÍPIO)

1. Incumbe ao Município:
 - a. Atribuir uma verba única de mil euros à associação, para aquisição do material necessário à recolha e captura dos gatos (nomeadamente, armadilhas, transportadoras e jaulas);
 - b. Disponibilizar à segunda os cheques-veterinários (de acordo com o Protocolo celebrado com a OMV para o efeito, que aqui se anexa e deste fica a fazer parte integrante) necessários para o cumprimento do disposto na Portaria n.º 146/2017 de 26 de abril, até ao limite de 8 000€, designadamente:
 - Cheque Implementação CVA1: Testes FIV, Felv, PIF;
 - Cheque Implementação CVC, CVT e CVCED: Desparasitação, vacina da raiva, identificação eletrónica, cirurgia de esterilização e outros tratamentos necessários.
2. Quanto à verba referida na alínea a) do número anterior, a associação deverá apresentar contas sobre o material comprado.
3. Se as verbas atribuídas pelo presente Protocolo forem utilizadas para outros fins, o Protocolo será automaticamente rescindido pelo Município, devendo a Associação proceder à devolução imediata da(s) verba(s).

QUARTA

(Normas para Utilização do Cheque Veterinário)

- 1- Após a emissão e atribuição do cheque veterinário pelo Município, os animais são encaminhados para um dos CAMV aderentes e preferencialmente pertencentes ao respetivo Município [estando a listagem com os CAMV aderentes disponibilizada na área pública do website da OMV (www.omv.pt)].
- 2- Os cheques veterinários, médicos e cirúrgicos, só serão concedido aos animais com identificação eletrónica.
- 3- A escolha do CAMV para utilização do cheque veterinário, pela Associação, deve seguir os seguintes critérios:
 - a) proximidade geográfica;
 - b) nos casos de urgência, e sempre que aplicável, deve ser atribuído ao CAMV que se encontra em serviço de urgência, segundo um esquema de rotatividade;
 - c) por escolha da associação.
4. O médico veterinário deve validar o cheque veterinário na base de dados – OMV Cheque Veterinário criada para o efeito e no final do ato clínico proceder ao seu registo.
5. O cheque veterinário quando atribuído terá uma validade de 30 dias, a contar da data de sua emissão.

QUINTA

(Exclusão de responsabilidade)

Os atos praticados ao abrigo do presente protocolo serão da exclusiva responsabilidade dos médicos veterinários pertencentes aos CAMV aderentes ao Programa – Cheque Veterinário, não podendo ser imputado ao Município qualquer dano, por dolo ou negligência, em virtude de ato médico-veterinário praticado.

SEXTA

(Base de Dados)

Os dois outorgantes alimentarão uma base de dados comum, de onde constarão as informações relevantes sobre todos os animais intervencionados no concelho de Braga, ao abrigo do presente Protocolo, incluindo a localização exata e o número de efetivos de cada colónia.

SÉTIMA

(Outras atividades)

No âmbito do presente Protocolo, os dois outorgantes realizarão, de forma conjunta, ações de formação de voluntários, campanhas de adoção, ações de educação nas escolas e de sensibilização da população, para as várias temáticas relativas aos animais, como a importância da esterilização dos animais de companhia, de prevenção do abandono, da obrigatoriedade de remoção dos dejetos da via pública, e outros temas ligados à defesa animal e à segurança e salubridade públicas.

OITAVA

(Divulgação)

As partes, de forma articulada, procederão à divulgação das iniciativas levadas a cabo no âmbito do presente protocolo, utilizando os canais disponíveis para o efeito.

NONA

(Prazo e Renovação)

- 1- O presente protocolo vigora pelo prazo de um ano, com início na data da sua celebração, renovando-se por períodos iguais, se dos relatórios apresentados pela Associação, nos termos do nº 2 da Cláusula Segunda, se verificar que os resultados foram alcançados e o objetivo de controlo das colónias está a ser devidamente conseguido.

- 2- As renovações não implicarão automaticamente a atribuição das verbas referidas na Cláusula Terceira.
- 3- A verba constante da alínea a) do nº 1 da referida cláusula, em princípio, só será atribuída uma vez, a não ser em casos devidamente justificados, avaliados e apreciados pelo Município.
- 4- A verba constante da alínea b), poderá sofrer as alterações necessárias à adequação do nº de animais a intervir no ano da renovação. Será determinada consoante o plano de intervenção apresentado pela Associação, de acordo com a disponibilidade financeira do Município e ainda, de acordo com o número de Protocolos assinados ou a assinar pelo Município com outras entidades.
- 5- Qualquer uma das partes pode denunciar a qualquer tempo o presente acordo, mediante carta registada com aviso de receção, com antecedência mínima de sessenta dias relativamente à data em que se pretende que a denúncia se torne eficaz.

DÉCIMA

(Incumprimento, Rescisão e Sanções)

1. O incumprimento do projeto e atividades ou das condições estabelecidas no presente protocolo, constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Município.
2. Sempre que o **MUNICÍPIO** verifique que não está cumprido qualquer dos requisitos referidos no n.º 4, da Portaria n.º 146/2017 de 26 de abril, pode determinar medidas corretivas ou a suspensão do programa CED em curso e proceder à recolha dos animais para o CRO.
3. Independentemente do disposto no número anterior, as partes podem, em qualquer momento, cessar todos os efeitos do presente protocolo mediante denúncia.
4. Para efeitos dos números anteriores, a rescisão por incumprimento ou denúncia processa-se através de comunicação escrita, com aviso de receção, dirigida à contraparte com a antecedência mínima de trinta dias.
5. Havendo incumprimento, a Associação fica impedida de recorrer a novos auxílios/apoios, durante dois anos.

DÉCIMA-PRIMEIRA

(Revisão do Protocolo)

1. Qualquer alteração, adaptação ou aditamento ao presente Protocolo carece de prévio acordo entre as partes, dependendo de expressa concordância de ambas, devendo ser reduzidas a escrito, mediante adenda, a qual fará parte integrante do mesmo.
2. O protocolo pode ainda ser objeto de revisão, unilateralmente pelo Município, em resultado de imposição legal superveniente ou ponderoso interesse público, ficando sempre sujeita a prévia aprovação da Câmara Municipal.

DÉCIMA-SEGUNDA

(Omissões)

Tudo quanto é omissa no presente protocolo será dirimido por acordo entre as partes contratantes.

DÉCIMA-TERCEIRA

(Produção de efeitos)

O presente Protocolo produzirá efeitos a partir da data da sua assinatura.

Paços do Município de Braga, ... de ... de 2018

Pela Associação Abandoned Pets,

Pelo Município de Braga,

(O Presidente da Direção)

(O Presidente)

(O Tesoureiro)

Documentos anexos:

1. Fotocópia da escritura pública de constituição e Estatutos da associação
2. Fotocópia da Ata de eleição dos corpos sociais em exercício
3. Identificação fiscal
4. Certidões comprovativas da situação regularizada perante o Município, a SS e a AT
5. Colónias identificadas

Relatório do Documento nº 26411

DATA DE IMPRESSÃO 01/08/2018

NÚMERO DE REGISTO 26411

TIPO REGISTO ENTRADA

DOCUMENTO Nº

DATA 00/00/0000

REFERÊNCIA

REGISTADO NO DIA 28/03/2018

REMETENTE EXT.: APPANIBRAG - ASSOCIAÇÃO PARA A PROTECÇÃO DE ANIMAIS ERRANTES DE BRAGA

TIPO DE DOCUMENTO CORRESPONDÊNCIA

LIVRO DE REGISTO LIVRO DE CORRESPONDÊNCIA

OBSERVAÇÕES

AGUARDA RESPOSTA

REGISTADO POR adelino.barros

ATUALIZADO POR adminvilaca

ASSUNTO

Candidatura ao programa CE

Anexos do documento

Contém 1 anexo(s) do tipo Documentos instrutórios / Data: 17/04/2018

Observações: Minuta de Protocolo

Contém 1 anexo(s) do tipo Parecer / Data: 27/04/2018

Observações: -

Contém 1 anexo(s) do tipo Contrato / Data: 27/04/2018

Observações: VERSÃO FINAL - Não considerar a «minuta de protocolo»

Contém 1 anexo(s) do tipo Diversos / Data: 12/06/2018

Observações: Protocolo Final

Contém 1 anexo(s) do tipo Diversos / Data: 12/06/2018

Observações: Guia de proteção dos animais de Companhia e outros

Conhecimentos do documento

Enviado por isilda.castro, em 27/04/2018 14:10, para o Func. 4830 - Olga Maria Esteves Araujo Pereira Martingo e ainda não rececionado

Detalhes do Original / Outro(s) Destinatário(s)

1. Original Func.: Liliana Isabel Vaz de Carvalho

CLASSIFICAÇÃO

PROCESSO

OBSERVAÇÕES

Movimentos

Movimento (1) no dia 28/03/2018 15:16 para Func.: Liliana Isabel Vaz de Carvalho

Movimento efetuado por adelino.barros Func.: 4473 - Antonio Adelino Silva Barros

Motivo: Para procedimento

Movimento (2) efetuado no dia 03/04/2018 18:17 para Vereador: Altino Bernardo Lemos Bessa

Movimento efetuado por llliana.carvalho Func.: 5325 - Liliana Isabel Vaz de Carvalho

Motivo: Boa tarde Sr. Vereador, encaminho para conhecimento. Atentamente

Relatório do Documento nº 26411

DATA DE IMPRESSÃO 01/08/2018

NÚMERO DE REGISTO 26411

Detalhes do Original / Outro(s) Destinatário(s)

1. Original Func.: Liliana Isabel Vaz de Carvalho

CLASSIFICAÇÃO

PROCESSO

OBSERVAÇÕES

Movimentos

Movimento (3) efetuado no dia 12/04/2018 17:27 para Func.: Elisa Amélia Oliveira da Cunha Coelho

Movimento efetuado por altino.bessa Vereador: 4828 - Altino Bernardo Lemos Bessa

Motivo: Para elaborar o protocolo.

Movimento (4) efetuado no dia 17/04/2018 15:07 para Func.: Maria Isilda Paredes Oliveira Castro Vilas Boas

Movimento efetuado por elisa.coelho Func.: 5448 - Elisa Amélia Oliveira da Cunha Coelho

Motivo: Exma. Chefe da DSJC, Drª Isilda Castro, Reencaminha minuta/proposta de protocolo a celebrar com as Associações de Proteção Animal, com vista à implementação do Programa CED. Att: Elisa Cunha Coelho

Movimento (5) efetuado no dia 24/04/2018 12:17 para Func.: Elisa Amélia Oliveira da Cunha Coelho

Movimento efetuado por isilda.castro Func.: 852 - Maria Isilda Paredes Oliveira Castro Vilas Boas

Motivo: A pedido

Movimento (6) efetuado no dia 27/04/2018 14:03 para Func.: Maria Isilda Paredes Oliveira Castro Vilas Boas

Movimento efetuado por elisa.coelho Func.: 5448 - Elisa Amélia Oliveira da Cunha Coelho

Motivo: Exma. Chefe da DSJC, Drª Isilda Castro, anexo informação sobre os Protocolos a celebrar com as Associações de proteção animal que se candidatam à implementação do Programa CED. O documento junto em 17/04 não deve ser considerado (ver apenas os de 27/04). À consideração superior.

Movimento (7) efetuado no dia 27/04/2018 14:10 para Func.: Miguel Pedro Pires Ribeiro Antunes Guimaraes

Movimento efetuado por isilda.castro Func.: 852 - Maria Isilda Paredes Oliveira Castro Vilas Boas

Motivo: Concordo. Em caso de concordância, remeta-se ao Sr. Vereador Altino Bessa.

Movimento (8) efetuado no dia 30/04/2018 15:41 para Vereador: Altino Bernardo Lemos Bessa

Movimento efetuado por miguel.guimaraes Func.: 863 - Miguel Pedro Pires Ribeiro Antunes Guimaraes

Motivo: concordo

Movimento (9) efetuado no dia 11/06/2018 18:09 para Func.: Maria Isilda Paredes Oliveira Castro Vilas Boas

Movimento efetuado por altino.bessa Vereador: 4828 - Altino Bernardo Lemos Bessa

Motivo: Concordo, remeter à veterinária para articular com as associações.

Movimento (10) efetuado no dia 12/06/2018 14:25 para Func.: Felismina Maria Barros Oliveira Bastos Campos

Movimento efetuado por isilda.castro Func.: 852 - Maria Isilda Paredes Oliveira Castro Vilas Boas

Motivo: para procedimento

Movimento (11) efetuado no dia 12/06/2018 14:37 para Func.: Miguel Pedro Pires Ribeiro Antunes Guimaraes

Movimento efetuado por felismina.campos Func.: 554 - Felismina Maria Barros Oliveira Bastos Campos

Motivo: Para procedimento

Movimento (12) efetuado no dia 12/06/2018 17:16 para Serv: DMGAP - DIVISÃO SERVIÇOS JURÍDICOS E CONTENCIOSO

Movimento efetuado por miguel.guimaraes Func.: 863 - Miguel Pedro Pires Ribeiro Antunes Guimaraes

Motivo: Concordo. Remeter à veterinária.

Relatório do Documento nº 26411

DATA DE IMPRESSÃO 01/08/2018

NÚMERO DE REGISTO 26411

Detalhes do Original / Outro(s) Destinatário(s)

1. Original Func.: Liliana Isabel Vaz de Carvalho

CLASSIFICAÇÃO

PROCESSO

OBSERVAÇÕES

Movimentos

Movimento (13) efetuado no dia 12/06/2018 17:36 para Func.: Alice Maria Vale Rego Rodrigues Goncalves

Movimento efetuado por isilda.castro Func.: 852 - Maria Isilda Paredes Oliveira Castro Vilas Boas

Motivo: para procedimento- cf. Despacho do Sr. Diretor Municipal.

Movimento (14) efetuado no dia 13/06/2018 16:41 para Func.: Liliana Isabel Vaz de Carvalho

Movimento efetuado por alice.goncalves Func.: 1998 - Alice Maria Vale Rego Rodrigues Goncalves

Motivo: Para Procedimento



Registo de entrada: Entrada n.º 26411 de 28/03/2018 (recebi em 12/04)

Assunto: IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA CED (CAPTURA, ESTERILIZAÇÃO E DEVOLUÇÃO)

Parecer Jurídico de 26/04/2018

Técnico responsável: Elisa Cunha Coelho

QUESTÃO

Elaboração de Protocolo a celebrar com Associações de Proteção Animal, com vista à gestão do Programa CED.

ENQUADRAMENTO LEGAL

- **Lei nº 75/2013 de 12/setembro**

Artigo 33.º

Competências materiais

1 - Compete à câmara municipal:

- ii) Proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos;
- jj) Deliberar sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos;

- **Lei nº 27/2016, de 23 de agosto**

Aprova medidas para a criação de uma rede de centros de recolha oficial de animais e estabelece a proibição do abate de animais errantes como forma de controlo da população

Artigo 4.º

Vacinação e esterilização

O Estado, por razões de saúde pública, assegura, por intermédio dos centros de recolha oficial de animais, a captura, vacinação e esterilização dos animais errantes sempre que necessário, assim como a concretização de programas captura, esterilização, devolução (CED) para gatos.

Artigo 6.º

Regulamentação

A presente lei é regulamentada no prazo de 90 dias¹, ouvidas a Associação Nacional de Municípios Portugueses, a Associação Nacional de Freguesias, a Ordem dos Médicos Veterinários e a Associação Nacional de Médicos Veterinários dos Municípios.

Artigo 7.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no prazo de 30 dias a contar da data da sua publicação.

- **Portaria n.º 146/2017, de 26 de Abril**

Artigo 3.º

Princípios gerais

1 - A existência de animais errantes deve ser evitada mediante a promoção da sua captura, esterilização e adoção e pela **implementação de programas de captura, esterilização e devolução no caso de colónias de gatos**, eliminando-se, progressivamente, no prazo de dois anos a contar da data da entrada em vigor da Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto, o recurso ao seu abate como forma de controlo da população de animais errantes.

2 - Findo o prazo referido no número anterior, os CRO não podem recorrer ao abate ou occisão de animais de companhia por motivos de sobrelotação e de incapacidade económica, salvo por razões que se prendam com o estado de saúde ou o comportamento dos mesmos.

CAPÍTULO III

Captura, esterilização, adoção

Artigo 7.º

Captura de animais

1 - A captura e a recolha de animais errantes, bem como a de animais agressores, acidentados ou objeto de intervenção compulsiva, **competem às câmaras municipais**, de acordo com as normas de boas práticas de captura de cães e gatos divulgadas pela DGAV.

¹ **Portaria n.º 146/2017, de 26 de abril**: Regulamenta a criação de uma rede efetiva de centros de recolha oficial de animais de companhia, fixa as normas que regulam o destino dos animais acolhidos nestes centros e estabelece as normas para o controlo de animais errantes

2 - Quando seja observado um animal errante, esse facto é comunicado aos serviços municipais ou às entidades policiais, para captura e acolhimento no CRO, ou o animal é entregue a uma dessas entidades, se quem o observou também o capturou.

Artigo 9.º

Programas CED

1 - Como forma de gestão da população de gatos errantes e nos casos em que tal se justifique, podem as câmaras municipais, sob parecer do médico veterinário municipal, autorizar a manutenção, em locais especialmente designados para o efeito, de colónias de gatos, no âmbito de programas de captura, esterilização e devolução (CED) ao local de origem.

2 - Os programas CED podem realizar-se por iniciativa das câmaras municipais ou mediante proposta de organização de protecção animal a quem a câmara municipal atribua a gestão do programa CED.

3 - Deve ser evitada a implementação de programas CED nos parques públicos, nos refúgios de vida selvagens ou outros locais públicos que sirvam de habitat à vida selvagem.

4 - A entidade responsável pelo CED deve assegurar:

- a) A existência de um plano de gestão da colónia, do qual conste a identificação do médico veterinário assistente e das pessoas que na entidade são responsáveis pela execução do programa;
- b) Que os animais que compõem a colónia são avaliados periodicamente do ponto de vista clínico, de forma a despistar doenças transmissíveis que, casuisticamente, sejam consideradas importantes;
- c) Que os animais portadores de doenças transmissíveis a outros animais ou a seres humanos são retirados da colónia;
- d) Que os animais capturados, antes de integrarem a colónia, são entregues nos CRO para verificação da sua aptidão;
- e) Que os animais capturados são esterilizados e marcados com um pequeno corte na orelha esquerda, registados e identificados eletronicamente, e desparasitados e vacinados contra a raiva ou outras medidas profiláticas obrigatórias ou consideradas no plano de gestão da colónia.

5 - A colónia intervencionada será supervisionada pelo médico veterinário municipal, devendo a entidade responsável pelo programa assegurar que são prestados os cuidados de saúde e alimentação adequados aos animais, controlando as saídas ou entradas de novos animais, ou quaisquer outros fatores que perturbem a estabilidade da colónia, a segurança e a tranquilidade pública e da vizinhança, de tudo mantendo registo.

6 - A dimensão da colónia de gatos não pode pôr em causa a salubridade, a saúde pública e a segurança de pessoas, animais e bens.

7 - Os alojamentos e espaços utilizados pela colónia são mantidos livres de resíduos ou restos de comida,



de forma a evitar a proliferação de pragas.

8 - As despesas relacionadas com a manutenção de colónias de gatos são da responsabilidade da entidade promotora.

9 - Sempre que a câmara municipal verifique que não está cumprido qualquer dos requisitos referidos no n.º 4, pode determinar medidas corretivas ou a suspensão do programa CED em curso e proceder à recolha dos animais para o CRO.

10 - O programa a que se refere o presente artigo não é aplicável a cães.

Ou seja,

com a publicação da **Lei nº 27/2016, de 23 de agosto**, passou a ser proibido o abate ou occisão de animais, tendo-se determinado que o Estado, por razões de saúde pública, deveria assegurar, por intermédio dos centros de recolha oficial de animais, a **captura, vacinação e esterilização dos animais errantes sempre que necessário**, assim como a concretização de programas **captura, esterilização, devolução (CED) para gatos**.

A **Portaria n.º 146/2017, de 26 de abril**, que veio regulamentar a referida Lei nº 27/2016, estabelece como princípio geral, que a existência de animais errantes deve ser evitada **mediante a promoção da sua captura, esterilização e adoção e pela implementação de programas de captura, esterilização e devolução, no caso das colónias de gatos**, eliminando-se, progressivamente, o recurso ao seu abate como forma de controlo da população de animais errantes, no prazo de dois anos a contar da data de entrada em vigor da Lei nº 27/2016, de 23 de agosto (ou seja, **até 23 de setembro de 2018**).

Quanto aos **Programas CED**, no artigo 9º na Portaria referida, define-se que os mesmos podem realizar-se por iniciativa das câmaras municipais **ou mediante proposta de organização de proteção animal** a quem a câmara municipal atribua a gestão do programa CED.

O Protocolo em particular:

Anexa-se minuta que deverá servir de base à cooperação entre o Município e as Associações de Proteção Animal (refira-se que a minuta em anexo, teve o contributo da Dra. Liliana Carvalho, Médica Veterinária Municipal).



Resta apenas referir o seguinte:

1. A questão da atribuição de uma verba única para aquisição de material necessária à captura e recolha dos animais, deverá ser analisada pela área financeira (orçamentação, meio de pagamento, etc);
2. As associações que se venham a propor, terão que apresentar os seguintes documentos: fotocópia da escritura pública de constituição e estatutos da associação atualizados; fotocópia da Ata de eleição dos corpos sociais em exercício; identificação fiscal e certidões comprovativas da situação regularizada perante o Município, a SS e a AT;
3. O presente Protocolo deverá, após aprovação, ser publicado no site do Município e devidamente publicitado, para que a todas as Associações de Proteção Animal, seja possibilitada a sua celebração, se a isso se propuserem, em cumprimento do princípio da igualdade.
4. De acordo com o novo Código dos Contratos Públicos, o Protocolo em causa está excluído das suas regras, de acordo com o artigo 5º - B.

À consideração superior,

A Jurista,

Elisa Cunha Coelho

Anexo: minuta de Protocolo



Registo de entrada: Entrada n.º 26411 de 28/03/2018

Assunto: IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA CED (CAPTURA, ESTERILIZAÇÃO E DEVOLUÇÃO) – PROTOCOLO A CELEBRAR COM AS ASSOCIAÇÕES DE PROTEÇÃO ANIMAL

Parecer Jurídico de 11/06/2018

Técnico responsável: Elisa Cunha Coelho

No seguimento do parecer jurídico, datado de 26/04/2018, sobre o assunto em referência, e depois de reunião realizada com o Sr. Vereador, Engº Altino Bessa e a Dra. Liliana Carvalho (veterinária municipal), foi verificada a necessidade de esclarecer os pagamentos a efetuar às Associações, no caso de renovação do Protocolo.

Entendeu-se, assim, alterar a Cláusula Nona:

REDAÇÃO ANTERIOR

NONA

(Prazo e Renovação)

1- O presente protocolo vigora pelo prazo de um ano, com início na data da sua celebração, renovando-se por períodos iguais, se dos relatórios apresentados pela Associação, nos termos do nº 2 da Cláusula Segunda, se verificar que os resultados foram alcançados e o objetivo de controlo das colónias está a ser devidamente conseguido, caso nenhuma das partes o denuncie, com antecedência mínima de trinta dias sobre o termo do prazo ou suas renovações.

2- Qualquer uma das partes pode denunciar a qualquer tempo o presente acordo, mediante carta registada com aviso de receção, com antecedência mínima de sessenta dias relativamente à data em que se pretende que a denúncia se torne eficaz.

NOVA REDAÇÃO

NONA

(Prazo e Renovação)



- 1- O presente protocolo vigora pelo prazo de um ano, com início na data da sua celebração, renovando-se por períodos iguais, se dos relatórios apresentados pela Associação, nos termos do nº 2 da Cláusula Segunda, se verificar que os resultados foram alcançados e o objetivo de controlo das colónias está a ser devidamente conseguido.
- 2- As renovações não implicarão automaticamente a atribuição das verbas referidas na Cláusula Terceira.
- 3- A verba constante da alínea a) do nº 1 da referida cláusula, em princípio, só será atribuída uma vez, a não ser em casos devidamente justificados e fundamentados pela Associação e avaliados e apreciados pelo Município.
- 4- A verba constante da alínea b), poderá sofrer as alterações necessárias à adequação do número de animais a intervir no ano da renovação. Será determinada consoante o plano de intervenção apresentado pela Associação, e ainda, de acordo com o número de Protocolos assinados ou a assinar pelo Município com outras entidades.
- 5- Qualquer uma das partes pode denunciar a qualquer tempo o presente acordo, mediante carta registada com aviso de receção, com antecedência mínima de sessenta dias relativamente à data em que se pretende que a denúncia se torne eficaz.

À consideração superior,

A Jurista,

Elisa Cunha Coelho

Anexo: minuta de Protocolo (atualizada)

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO**PARA****IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA CED**

Nos termos do disposto nas alíneas ii), jj) e u) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, constitui competência da câmara municipal proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos, bem como deliberar sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos, podendo apoiar atividades de interesse para o município, incluindo aqueles que contribuam para a promoção da saúde e prevenção de doenças.

Com a publicação da Lei nº 27/2016, de 23 de agosto, passou a ser proibido o abate ou occisão de animais, tendo-se determinado que o Estado, por razões de saúde pública, deveria assegurar, por intermédio dos centros de recolha oficial de animais, a captura, vacinação e esterilização dos animais errantes sempre que necessário, assim como a concretização de programas **captura, esterilização, devolução (CED) para gatos**.

A Portaria n.º 146/2017, de 26 de abril, que veio regulamentar a referida Lei nº 27/2016, estabelece como princípio geral, que a existência de animais errantes deve ser evitada mediante a promoção da sua captura, esterilização e adoção e pela implementação de programas de captura, esterilização e devolução, no caso das colónias de gatos, eliminando-se, progressivamente, o recurso ao seu abate como forma de controlo da população de animais errantes, no prazo de dois anos a contar da data de entrada em vigor da Lei nº 27/2016, de 23 de agosto (ou seja, até 23 de setembro de 2018).

Quanto aos **Programas CED**, no artigo 9º na Portaria referida, define-se que os mesmos podem realizar-se por iniciativa das câmaras municipais ou mediante proposta de organização de proteção animal a quem a câmara municipal atribua a gestão do programa CED.

Ora,

considerando que:

1. São animais silvestres as crias de gatos domésticos que foram abandonados, ou se perderam e, se reproduziram no domínio público;
2. São gatos assilvestrados os gatos que já foram domésticos mas que, por terem sido abandonados ou por se terem perdido, já vivem nas ruas há tanto tempo que acabaram por adquirir o comportamento esquivo dos gatos silvestres;
3. Capturar-Esterilizar-Devolver (CED) é um método ético e legal de controlo de colónias de gatos e, de redução da população de felina silvestre ao abrigo do número 1, artigo 3.º da Portaria n.º 146/2017 de 26 de abril;
4. Uma colónia esterilizada e controlada pode reduzir os incómodos causados por gritos de acasalamento, lutas e cheiros resultantes da marcação de território, ao mesmo tempo que desempenha um importante papel de controlo da população de roedores;
5. A existência de uma população de gatos silvestres numa dada área geralmente aponta para um nicho ecológico capaz de suportar aproximadamente esse volume de gatos e que a remoção permanente dos gatos desse nicho cria um vazio ecológico que será preenchido pelos gatos migrantes das áreas envolventes (efeito de vácuo), que irão reproduzir até atingir a capacidade máxima do nicho;
6. Os gatos migrantes não estão esterilizados e causam, por isso, problemas associados à reprodução excessiva, aos ruídos e aos maus cheiros;
7. A implementação de programas CED mediante proposta de organização de proteção animal a quem a câmara municipal atribua a gestão do programa CED e, de acordo com o artigo 9.º da Portaria n.º 146/2017 de 26 de abril, acarreta vantagens, nomeadamente a redução do número de gatos silvestres, assilvestrados e vadios, menos eutanásias, menos queixas aos serviços camarários, mobilização de ações de voluntariado e redução de custos;
8. São atribuições do Município a promoção de medidas adequadas à salvaguarda do bem-estar animal;
9. O Município celebrou no passado dia 20 de abril, um Protocolo de Cooperação com a Ordem dos Médicos Veterinários, no âmbito do **PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À SAÚDE VETERINÁRIA PARA ANIMAIS DE COMPANHIA EM RISCO (PNASVACR) – CHEQUE VETERINÁRIO**, programa este que se destina à coordenação da atribuição de cheques veterinários emitidos pelos Municípios que irão atribuir aos responsáveis pelos animais em risco, por eles identificados, para utilização nos CAMV participantes na rede Cheque Veterinário.

dando execução à deliberação de Câmara de, é livremente e de boa fé celebrado o presente Protocolo, que se enquadra pelos considerandos supra enunciados, entre:

O MUNICIPIO DE BRAGA, com sede na Praça Municipal, em Braga, pessoa coletiva de direito público nº 506 901 173, neste ato devida e legalmente representado pelo seu Presidente, Dr. RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, com poderes para o ato, doravante designado simplesmente por **Município**,

E a

Associação de Proteção Animal, com sede em, pessoa coletiva nº, representada pelo(a) seu(ua) Presidente da Direção,, doravante designada por

o qual se regerá pelas cláusulas seguintes:

PRIMEIRA

(Objeto)

O presente protocolo estabelece os termos genéricos da colaboração entre as partes com vista ao controlo populacional dos animais felídeos errantes e silvestres, nomeadamente através de:

- a)** Desenvolvimento de um programa de gestão CED, por iniciativa de associação de proteção animal, em colónias de gatos silvestres e assilvestrados;
- b)** Identificação, sinalização, recolha e esterilização de felídeos potencialmente adotáveis, integrados em colónias, com vista ao seu acolhimento e adoção.

SEGUNDA**(Compromissos da ASSOCIAÇÃO)**

[Previamente, a Associação terá que proceder à sinalização de colónia de gatos (localização, número de animais, sexo, estado de saúde aparente) onde será implementado o CED]

1. No âmbito do presente Protocolo, a segunda compromete-se a:

- a) Assegurar a existência de um plano de gestão da(s) colónia(s), do qual conste a identificação do médico veterinário assistente e das pessoas que na Associação são responsáveis pela execução do programa, nomeadamente pela monitorização diária, alimentação, abeberamento e limpeza;**
- b) Garantir que os animais que compõem a(s) Colónia(s) são avaliados periodicamente do ponto de vista clínico, de forma a despistar doenças transmissíveis que, casuisticamente, sejam consideradas importantes;**
- c) Assegurar que a colónia intervencionada será supervisionada controlando as saídas ou entradas de novos animais, ou quaisquer outros fatores que perturbem a estabilidade da colónia, a segurança e a tranquilidade pública e da vizinhança, de tudo mantendo registo.**
- d) Que os animais portadores de doenças transmissíveis a outros animais ou a seres humanos são retirados da(s) colónia(s);**
- e) Proceder à captura de gatos assilvestrados;**
- f) Transportar os gatos assilvestrados para as clínicas protocoladas para que possam ser avaliados, esterilizados e marcados com um pequeno corte na orelha esquerda, registados e identificados eletronicamente em nome da associação promotora do CED, e desparasitados e vacinados contra a raiva ou outras medidas profiláticas obrigatórias ou consideradas no plano de gestão da colónia;**
- g) Transportar os gatos de volta à colónia e devolução, com a libertação dos animais no mesmo local onde foram capturados;**
- h) Assegurar que a dimensão da colónia de gatos não põe em causa a salubridade, a saúde pública e a segurança de pessoas, animais e bens. Assim como, os alojamentos**

e espaços utilizados pela colónia são mantidos livres de resíduos ou restos de comida, de forma a evitar a proliferação de pragas.

2. A Associação deverá ainda, assegurar, trimestralmente (até ao 15º dia do mês seguinte ao fim do trimestre – isto é, até 15 de abril, 15 de julho, 15 de outubro e 15 de janeiro do ano seguinte, no caso do último trimestre) o envio de relatório detalhado com os movimentos dos animais, bem como, com o movimento dos cheques veterinários, e resultados alcançados, comprometendo-se a disponibilizar toda e qualquer informação solicitada pelo Médico Veterinário Municipal.

TERCEIRA

(Compromissos do MUNICÍPIO)

1. Incumbe ao Município:
 - a. Atribuir uma verba única de mil euros à segunda, para aquisição do material necessário à recolha e captura dos gatos (nomeadamente, armadilhas, transportadoras e jaulas);
 - b. Disponibilizar à segunda os cheques-veterinários (de acordo com o Protocolo celebrado com a OMV para o efeito, que aqui se anexa e deste fica a fazer parte integrante) necessários para o cumprimento do disposto na Portaria nº n.º 146/2017 de 26 de abril, até ao limite de€ (tem que ser definido o valor a atribuir) , designadamente:
 - Cheque Implementação CVA1: Testes FIV, Felv, PIF;
 - Cheque Implementação CVT e CVCED: Desparasitação, vacina da raiva, identificação eletrónica e cirurgia de esterilização.
2. Quanto à verba referida na alínea a) do número anterior, a associação deverá apresentar contas sobre o material comprado.
3. Se as verbas atribuídas pelo presente Protocolo forem utilizadas para outros fins, o Protocolo será automaticamente rescindido pelo Município, devendo a Associação proceder à devolução imediata da(s) verba(s).

QUARTA**(Normas para Utilização do Cheque Veterinário)**

- 1- Após a emissão e atribuição do cheque veterinário pelo Município, os animais são encaminhados para um dos CAMV aderentes e preferencialmente pertencentes ao respetivo Município [estando a listagem com os CAMV aderentes disponibilizada na área pública do website da OMV (www.omv.pt)].
- 2- Os cheques veterinários, médicos e cirúrgicos, só serão concedido aos animais com identificação eletrónica.
- 3- A escolha do CAMV para utilização do cheque veterinário, pela Associação, deve seguir os seguintes critérios:
 - a) proximidade geográfica;
 - b) nos casos de urgência, e sempre que aplicável, deve ser atribuído ao CAMV que se encontra em serviço de urgência, segundo um esquema de rotatividade;
 - c) por escolha da associação.
4. O médico veterinário deve validar o cheque veterinário na base de dados – OMV Cheque Veterinário criada para o efeito e no final do ato clínico proceder ao seu registo.
5. O cheque veterinário quando atribuído terá uma validade de 30 dias, a contar da data de sua emissão.

QUINTA**(Exclusão de responsabilidade)**

Os atos praticados ao abrigo do presente protocolo serão da exclusiva responsabilidade dos médicos veterinários pertencentes aos CAMV aderentes ao Programa – Cheque Veterinário, não podendo ser imputado ao Município qualquer dano, por dolo ou negligência, em virtude de ato médico-veterinário praticado.

SEXTA**(Base de Dados)**

Os dois outorgantes alimentarão uma base de dados comum, de onde constarão as informações relevantes sobre todos os animais intervencionados no concelho de Braga, ao abrigo do presente Protocolo, incluindo a localização exata e o número de efetivos de cada colónia. – **SERÁ A BASE DE DADOS ESPECÍFICA DA OMV**

SÉTIMA**(Outras atividades)**

No âmbito do presente Protocolo, os dois outorgantes realizarão, de forma conjunta, ações de formação de voluntários, campanhas de adoção, ações de educação nas escolas e de sensibilização da população, para as várias temáticas relativas aos animais, como a importância da esterilização dos animais de companhia, de prevenção do abandono, da obrigatoriedade de remoção dos dejetos da via pública, e outros temas ligados à defesa animal e à segurança e salubridade públicas.

OITAVA**(Divulgação)**

As partes, de forma articulada, procederão à divulgação das iniciativas levadas a cabo no âmbito do presente protocolo, utilizando os canais disponíveis para o efeito.

NONA**(Prazo e Renovação)**

- 1- O presente protocolo vigora pelo prazo de um ano, com início na data da sua celebração, renovando-se por períodos iguais, se dos relatórios apresentados pela Associação, nos termos do nº 2 da Cláusula Segunda, se verificar que os

resultados foram alcançados e o objetivo de controlo das colónias está a ser devidamente conseguido.

- 2- As renovações não implicarão automaticamente a atribuição das verbas referidas na Cláusula Terceira.
- 3- A verba constante da alínea a) do nº 1 da referida cláusula, em princípio, só será atribuída uma vez, a não ser em casos devidamente justificados, avaliados e apreciados pelo Município.
- 4- A verba constante da alínea b), poderá sofrer as alterações necessárias à adequação do nº de animais a intervir no ano da renovação. Será determinada consoante o plano de intervenção apresentado pela Associação, de acordo com a disponibilidade financeira do Município e ainda, de acordo com o número de Protocolos assinados ou a assinar pelo Município com outras entidades.
- 5- Qualquer uma das partes pode denunciar a qualquer tempo o presente acordo, mediante carta registada com aviso de receção, com antecedência mínima de sessenta dias relativamente à data em que se pretende que a denúncia se torne eficaz.

DÉCIMA

(Incumprimento, Rescisão e Sanções)

1. O incumprimento do projeto e atividades ou das condições estabelecidas no presente protocolo, constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Município.
2. Sempre que o **MUNICÍPIO** verifique que não está cumprido qualquer dos requisitos referidos no n.º 4, da Portaria n.º 146/2017 de 26 de abril, pode determinar medidas corretivas ou a suspensão do programa CED em curso e proceder à recolha dos animais para o CRO.
3. Independentemente do disposto no número anterior, as partes podem, em qualquer momento, cessar todos os efeitos do presente protocolo mediante denúncia.
4. Para efeitos dos números anteriores, a rescisão por incumprimento ou denúncia processa-se através de comunicação escrita, com aviso de receção, dirigida à contraparte com a antecedência mínima de trinta dias.

5. Havendo incumprimento, a Associação fica impedida de recorrer a novos auxílios/apoios, durante dois anos.

DÉCIMA-PRIMEIRA

(Revisão do Protocolo)

1. Qualquer alteração, adaptação ou aditamento ao presente Protocolo carece de prévio acordo entre as partes, dependendo de expressa concordância de ambas, devendo ser reduzidas a escrito, mediante adenda, a qual fará parte integrante do mesmo.
2. O protocolo pode ainda ser objeto de revisão, unilateralmente pelo Município, em resultado de imposição legal superveniente ou ponderoso interesse público, ficando sempre sujeita a prévia aprovação da Câmara Municipal.

DÉCIMA-SEGUNDA

(Omissões)

Tudo quanto é omissa no presente protocolo será dirimido por acordo entre as partes contratantes.

DÉCIMA-TERCEIRA

(Produção de efeitos)

O presente Protocolo produzirá efeitos a partir da data da sua assinatura.

Paços do Município de Braga, ... de ... de 2018

Pela Associação,

Pelo Município de Braga,

(O Presidente da Direção)

(O Presidente)

Documentos anexos:

1. Fotocópia da escritura pública de constituição e Estatutos da associação
2. Fotocópia da Ata de eleição dos corpos sociais em exercício
3. Identificação fiscal
4. Certidões comprovativas da situação regularizada perante o Município, a SS e a AT

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO
PARA
IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA CED

Nos termos do disposto nas alíneas ii), jj) e u) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, constitui competência da câmara municipal proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos, bem como deliberar sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos, podendo apoiar atividades de interesse para o município, incluindo aqueles que contribuam para a promoção da saúde e prevenção de doenças.

Com a publicação da Lei nº 27/2016, de 23 de agosto, passou a ser proibido o abate ou occisão de animais, tendo-se determinado que o Estado, por razões de saúde pública, deveria assegurar, por intermédio dos centros de recolha oficial de animais, a captura, vacinação e esterilização dos animais errantes sempre que necessário, assim como a concretização de programas **captura, esterilização, devolução (CED) para gatos**.

A Portaria n.º 146/2017, de 26 de abril, que veio regulamentar a referida Lei nº 27/2016, estabelece como princípio geral, que a existência de animais errantes deve ser evitada mediante a promoção da sua captura, esterilização e adoção e pela implementação de programas de captura, esterilização e devolução, no caso das colónias de gatos, eliminando-se, progressivamente, o recurso ao seu abate como forma de controlo da população de animais errantes, no prazo de dois anos a contar da data de entrada em vigor da Lei nº 27/2016, de 23 de agosto (ou seja, até 23 de setembro de 2018).

Quanto aos **Programas CED**, no artigo 9º na Portaria referida, define-se que os mesmos podem realizar-se por iniciativa das câmaras municipais ou mediante proposta de organização de proteção animal a quem a câmara municipal atribua a gestão do programa CED.

Ora,

considerando que:

1. São animais silvestres as crias de gatos domésticos que foram abandonados, ou se perderam e, se reproduziram no domínio público;
2. São gatos assilvestrados os gatos que já foram domésticos mas que, por terem sido abandonados ou por se terem perdido, já vivem nas ruas há tanto tempo que acabaram por adquirir o comportamento esquivo dos gatos silvestres;
3. Capturar-Esterilizar-Devolver (CED) é um método ético e legal de controlo de colónias de gatos e, de redução da população de felina silvestre ao abrigo do número 1, artigo 3.º da Portaria n.º 146/2017 de 26 de abril;
4. Uma colónia esterilizada e controlada pode reduzir os incómodos causados por gritos de acasalamento, lutas e cheiros resultantes da marcação de território, ao mesmo tempo que desempenha um importante papel de controlo da população de roedores;
5. A existência de uma população de gatos silvestres numa dada área geralmente aponta para um nicho ecológico capaz de suportar aproximadamente esse volume de gatos e que a remoção permanente dos gatos desse nicho cria um vazio ecológico que será preenchido pelos gatos migrantes das áreas envolventes (efeito de vácuo), que irão reproduzir até atingir a capacidade máxima do nicho;
6. Os gatos migrantes não estão esterilizados e causam, por isso, problemas associados à reprodução excessiva, aos ruídos e aos maus cheiros;
7. A implementação de programas CED mediante proposta de organização de proteção animal a quem a câmara municipal atribua a gestão do programa CED e, de acordo com o artigo 9.º da Portaria n.º 146/2017 de 26 de abril, acarreta vantagens, nomeadamente a redução do número de gatos silvestres, assilvestrados e vadios, menos eutanásias, menos queixas aos serviços camarários, mobilização de ações de voluntariado e redução de custos;
8. São atribuições do Município a promoção de medidas adequadas à salvaguarda do bem-estar animal;
9. O Município celebrou no passado dia 20 de abril, um Protocolo de Cooperação com a Ordem dos Médicos Veterinários, no âmbito do **PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À SAÚDE VETERINÁRIA PARA ANIMAIS DE COMPANHIA EM RISCO (PNASVACR) – CHEQUE VETERINÁRIO**, programa este que se destina à coordenação da atribuição de cheques veterinários emitidos pelos Municípios que irão atribuir aos responsáveis pelos animais em risco, por eles identificados, para utilização nos CAMV participantes na rede Cheque Veterinário.

dando execução à deliberação da Câmara de Braga, é livremente e de boa fé celebrado o presente Protocolo, que se enquadra pelos considerandos supra enunciados, entre:

O **MUNICIPIO DE BRAGA**, com sede na Praça Municipal, em Braga, pessoa coletiva de direito público n.º 506 901 173, neste ato devida e legalmente representado pelo seu Presidente, Dr. RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, com poderes para o ato, doravante designado simplesmente por **Município**,

E a

Associação Para a Proteção de Animais Errantes de Braga - APPANIBRAG, com sede em Rua Quinta de Cabanas, n.º 31, 6.º dtº Braga, pessoa coletiva n.º 514593547, representada pelo(a) seu(ua) Presidente da Direção, Sónia Isabel Gomes Marinho e, pela vice-Presidente Helena Cristina Esteves Xavier da Costa doravante designada por **Associação**,

o qual se regerá pelas cláusulas seguintes:

PRIMEIRA

(Objeto)

O presente protocolo estabelece os termos genéricos da colaboração entre as partes com vista ao controlo populacional dos animais felídeos errantes e silvestres, nomeadamente através de:

- a) Desenvolvimento de um programa de gestão CED, por iniciativa de associação de proteção animal, em colónias de gatos silvestres e assilvestrados;
- b) Identificação, sinalização, recolha e esterilização de felídeos potencialmente adotáveis, integrados em colónias, com vista ao seu acolhimento e adoção.

SEGUNDA

(Compromissos da ASSOCIAÇÃO)

- 1.** A associação compromete-se a implementar o CED, nas colónias identificadas em documento anexo.

- 2.** No âmbito do presente Protocolo, a segunda compromete-se a:
 - a)** Assegurar a existência de um plano de gestão da(s) colónia(s), do qual conste a identificação do médico veterinário assistente e das pessoas que na Associação são responsáveis pela execução do programa, nomeadamente pela monitorização diária, alimentação, abeberamento e limpeza;
 - b)** Garantir que os animais que compõem a(s) Colónia(s) são avaliados periodicamente do ponto de vista clínico, de forma a despistar doenças transmissíveis que, casuisticamente, sejam consideradas importantes;
 - c)** Assegurar que a colónia intervencionada será supervisionada controlando as saídas ou entradas de novos animais, ou quaisquer outros fatores que perturbem a estabilidade da colónia, a segurança e a tranquilidade pública e da vizinhança, de tudo mantendo registo.
 - d)** Que os animais portadores de doenças transmissíveis a outros animais ou a seres humanos são retirados da(s) colónia(s);
 - e)** Proceder à captura de gatos assilvestrados;
 - f)** Transportar os gatos assilvestrados para as clínicas protocoladas para que possam ser avaliados, esterilizados e marcados com um pequeno corte na orelha esquerda, registados e identificados eletronicamente em nome da associação promotora do CED, e desparasitados e vacinados contra a raiva ou outras medidas profiláticas obrigatórias ou consideradas no plano de gestão da colónia;
 - g)** Transportar os gatos de volta à colónia e devolução, com a libertação dos animais no mesmo local onde foram capturados;
 - h)** Assegurar que a dimensão da colónia de gatos não põe em causa a salubridade, a saúde pública e a segurança de pessoas, animais e bens. Assim como, os alojamentos

e espaços utilizados pela colónia são mantidos livres de resíduos ou restos de comida, de forma a evitar a proliferação de pragas.

3. A Associação deverá ainda, assegurar, trimestralmente (até ao 15º dia do mês seguinte ao fim do trimestre – isto é, até 15 de abril, 15 de julho, 15 de outubro e 15 de janeiro do ano seguinte, no caso do último trimestre) o envio de relatório detalhado com os movimentos dos animais, bem como, com o movimento dos cheques veterinários, e resultados alcançados, comprometendo-se a disponibilizar toda e qualquer informação solicitada pelo Médico Veterinário Municipal.

TERCEIRA

(Compromissos do MUNICÍPIO)

1. Incumbe ao Município:
 - a. Atribuir uma verba única de mil euros à segunda, para aquisição do material necessário à recolha e captura dos gatos (nomeadamente, armadilhas, transportadoras e jaulas);
 - b. Disponibilizar à segunda os cheques-veterinários (de acordo com o Protocolo celebrado com a OMV para o efeito, que aqui se anexa e deste fica a fazer parte integrante) necessários para o cumprimento do disposto na Portaria n.º 146/2017 de 26 de abril, até ao limite de 9 500 €, designadamente:
 - Cheque Implementação CVA1: Testes FIV, Felv, PIF;
 - Cheque Implementação CVC, CVT e CVCED: Desparasitação, vacina da raiva, identificação eletrónica, cirurgia de esterilização e outros tratamentos necessários.
2. Quanto à verba referida na alínea a) do número anterior, a associação deverá apresentar contas sobre o material comprado.
3. Se as verbas atribuídas pelo presente Protocolo forem utilizadas para outros fins, o Protocolo será automaticamente rescindido pelo Município, devendo a Associação proceder à devolução imediata da(s) verba(s).

QUARTA

(Normas para Utilização do Cheque Veterinário)

- 1- Após a emissão e atribuição do cheque veterinário pelo Município, os animais são encaminhados para um dos CAMV aderentes e preferencialmente pertencentes ao respetivo Município [estando a listagem com os CAMV aderentes disponibilizada na área pública do website da OMV (www.omv.pt)].
- 2- Os cheques veterinários, médicos e cirúrgicos, só serão concedido aos animais com identificação eletrónica.
- 3- A escolha do CAMV para utilização do cheque veterinário, pela Associação, deve seguir os seguintes critérios:
 - a) proximidade geográfica;
 - b) nos casos de urgência, e sempre que aplicável, deve ser atribuído ao CAMV que se encontra em serviço de urgência, segundo um esquema de rotatividade;
 - c) por escolha da associação.
4. O médico veterinário deve validar o cheque veterinário na base de dados – OMV Cheque Veterinário criada para o efeito e no final do ato clínico proceder ao seu registo.
5. O cheque veterinário quando atribuído terá uma validade de 30 dias, a contar da data de sua emissão.

QUINTA

(Exclusão de responsabilidade)

Os atos praticados ao abrigo do presente protocolo serão da exclusiva responsabilidade dos médicos veterinários pertencentes aos CAMV aderentes ao Programa – Cheque Veterinário, não podendo ser imputado ao Município qualquer dano, por dolo ou negligência, em virtude de ato médico-veterinário praticado.

SEXTA

(Base de Dados)

Os dois outorgantes alimentarão uma base de dados comum, de onde constarão as informações relevantes sobre todos os animais intervencionados no concelho de Braga, ao abrigo do presente Protocolo, incluindo a localização exata e o número de efetivos de cada colónia.

SÉTIMA

(Outras atividades)

No âmbito do presente Protocolo, os dois outorgantes realizarão, de forma conjunta, ações de formação de voluntários, campanhas de adoção, ações de educação nas escolas e de sensibilização da população, para as várias temáticas relativas aos animais, como a importância da esterilização dos animais de companhia, de prevenção do abandono, da obrigatoriedade de remoção dos dejetos da via pública, e outros temas ligados à defesa animal e à segurança e salubridade públicas.

OITAVA

(Divulgação)

As partes, de forma articulada, procederão à divulgação das iniciativas levadas a cabo no âmbito do presente protocolo, utilizando os canais disponíveis para o efeito.

NONA

(Prazo e Renovação)

- 1- O presente protocolo vigora pelo prazo de um ano, com início na data da sua celebração, renovando-se por períodos iguais, se dos relatórios apresentados pela Associação, nos termos do nº 2 da Cláusula Segunda, se verificar que os resultados foram alcançados e o objetivo de controlo das colónias está a ser devidamente conseguido.

- 2- As renovações não implicarão automaticamente a atribuição das verbas referidas na Cláusula Terceira.
- 3- A verba constante da alínea a) do nº 1 da referida cláusula, em princípio, só será atribuída uma vez, a não ser em casos devidamente justificados, avaliados e apreciados pelo Município.
- 4- A verba constante da alínea b), poderá sofrer as alterações necessárias à adequação do nº de animais a intervir no ano da renovação. Será determinada consoante o plano de intervenção apresentado pela Associação, de acordo com a disponibilidade financeira do Município e ainda, de acordo com o número de Protocolos assinados ou a assinar pelo Município com outras entidades.
- 5- Qualquer uma das partes pode denunciar a qualquer tempo o presente acordo, mediante carta registada com aviso de receção, com antecedência mínima de sessenta dias relativamente à data em que se pretende que a denúncia se torne eficaz.

DÉCIMA

(Incumprimento, Rescisão e Sanções)

1. O incumprimento do projeto e atividades ou das condições estabelecidas no presente protocolo, constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Município.
2. Sempre que o **MUNICÍPIO** verifique que não está cumprido qualquer dos requisitos referidos no n.º 4, da Portaria n.º 146/2017 de 26 de abril, pode determinar medidas corretivas ou a suspensão do programa CED em curso e proceder à recolha dos animais para o CRO.
3. Independentemente do disposto no número anterior, as partes podem, em qualquer momento, cessar todos os efeitos do presente protocolo mediante denúncia.
4. Para efeitos dos números anteriores, a rescisão por incumprimento ou denúncia processa-se através de comunicação escrita, com aviso de receção, dirigida à contraparte com a antecedência mínima de trinta dias.
5. Havendo incumprimento, a Associação fica impedida de recorrer a novos auxílios/apoios, durante dois anos.

DÉCIMA-PRIMEIRA

(Revisão do Protocolo)

1. Qualquer alteração, adaptação ou aditamento ao presente Protocolo carece de prévio acordo entre as partes, dependendo de expressa concordância de ambas, devendo ser reduzidas a escrito, mediante adenda, a qual fará parte integrante do mesmo.
2. O protocolo pode ainda ser objeto de revisão, unilateralmente pelo Município, em resultado de imposição legal superveniente ou ponderoso interesse público, ficando sempre sujeita a prévia aprovação da Câmara Municipal.

DÉCIMA-SEGUNDA

(Omissões)

Tudo quanto é omissa no presente protocolo será dirimido por acordo entre as partes contratantes.

DÉCIMA-TERCEIRA

(Produção de efeitos)

O presente Protocolo produzirá efeitos a partir da data da sua assinatura.

Paços do Município de Braga, ... de ... de 2018

Pela Associação APPANIBRAG,

Pelo Município de Braga,

(O Presidente da Direção)

(O Presidente)

(O Tesoureiro)

Documentos anexos:

1. Fotocópia da escritura pública de constituição e Estatutos da associação
2. Fotocópia da Ata de eleição dos corpos sociais em exercício
3. Identificação fiscal
4. Certidões comprovativas da situação regularizada perante o Município, a SS e a AT
5. Colónias identificadas